

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl na PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.665.513 - RS (2017/0079803-1)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : ANGELA EDVIRGES LOPES WIZER**  
**ADVOGADOS : VIRGÍNIA KELLER - RS053940**  
**ANGELITA PIAMOLINI - RS075874**  
**MARINALVA DE PAULA NASCIMENTO - RS090813**  
**EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

## DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ANGELA EDVIRGES LOPES WIZER em desafio à decisão que não conheceu da petição de e-STJ fls. 328/329, porquanto o STJ não seria competente para o cumprimento provisório de sentença, nos termos do art. 522 do Código de Processo Civil/2015.

Em suas razões, a embargante afirma que a decisão estaria equivocada, na medida em que não requereu o cumprimento provisório da sentença. Segundo defende, a sua postulação consistiu no restabelecimento do pagamento de seus proventos e a suspensão dos descontos. Requer seja retificado o despacho ora embargado a fim de que (e-STJ fl. 355):

seja determinado ao INSS que restabeleça IMEDIATAMENTE o pagamento da Renda Revisada, o que já ocorrera conforme determinação do TRF4, sem qualquer desconto e que devolva os valores já descontados nas competências 11/2017, 12/2017, 01/2018 e 02/2018.

Intimada, a parte embargante não ofertou impugnação (e-STJ fl. 361).

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão e erro material na decisão. *In casu*, não ocorreu nenhum dos vícios supracitados.

Ainda que o "cumprimento provisório da sentença" não tenha sido o pedido expresso da embargante (e sim o restabelecimento do pagamento do benefício sem as alterações feitas na via administrativa pela autarquia), é certo que a medida judicial ora reiterada deve ser dirigida ao Tribunal de origem, de onde emanou a ordem mandamental, conforme se lê da e-STJ fl. 182, e não a esta Corte.

Ante o exposto, REJEITO os presentes aclaratórios. Após, voltem os autos conclusos para julgamento do agravo interno de e-STJ fls. 337/342.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA  
Relator

